

Pós-Graduação em Comunicação e Regionalização

SÉRGIO CAPPARELLI
(*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*)

Resumo

Analisa as mudanças ocorridas na pós-graduação e na pesquisa em comunicação no Brasil, com a proliferação de programas regionais de mestrado *stricto sensu* e a decorrente regionalização. Para tanto, utiliza-se a flexibilidade da produção enquanto metáfora aplicada às unidades de pós-graduação no país, com uma sinalização para o bloco Mercosul.

Palavras-chave: comunicação, formação de docentes, programas de pós-graduação

Resumen

Analiza las variaciones ocurridas en la pos-graduación y en la investigación sobre comunicación en el Brasil, con la proliferación de programas regionales de maestría y la consecuente regionalización. Para el efecto, se utiliza la flexibilidad de la producción como metáfora aplicada a las unidades de pos-graduación en el país, con una señalización para el bloque Mercosur.

Palabras-clave: comunicación, formación de docentes, programas de pos-graduación

Abstract

This work analyses the changes which occurred in communication research and in post-graduation in Brazil, due to the proliferation of regional programs on master degree and to the arising regionalism. By this way, production flexibility is used as a metaphor applied to the post-graduation units in the country, heading towards the Mercosul block.

Keywords: communication, academic formation, post-graduation programs

Os últimos anos do breve século XX de que fala Hobsbawn têm trazido diversos termos e conceitos novos para uma análise da realidade emergente. Alguns desses termos provêm de análises econômicas e se espriam para os outros campos do saber. Globalização, regionalização, flexibilidade, capitalismo desorganizado são alguns deles, ainda imprecisos como imprecisa é a realidade cambiante numa época de contração do tempo e do espaço.

Hobsbawn fala de economia transnacional, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico mas apenas complicadores (HOBSBAWN, 1995:272). Harvey trata das mudanças nas relações de trabalho, com o fim dos grandes projetos, das grandes fábricas, dando lugar à terceirização, à reaproximação de diversas unidades espalhadas num grande espaço através, principalmente, da terceira revolução industrial baseada na eletrônica (HARVEY, 1994:121 a 184). Featherstone, das mudanças de práticas profissionais, especialmente entre os advogados, os publicitários, os arquitetos, os profissionais da indústria de filmes, vídeos, televisão, imagem, indústria de bens de consumo. E no surgimento de um cosmopolitismo representado pelos intelectuais transnacionais que se mantêm em contato através dos fluxos culturais globais e que não só se sentem em casa em outras culturas, mas também buscam e adotam uma postura reflexiva, metacultural ou estética para experiências culturais divergentes (FEATHERSTONE, 1994:16). Aqui entre nós, Ianni discute a ainda pouco conhecida totalidade histórica e lógica, no âmbito da qual tudo seria, em outros termos, a base de novas determinações (IANNI, 1992:39). Ou Ortiz, tratando dos efeitos dessa "mundialização" sobre as práticas culturais e das práticas culturais sobre a mundialização (ORTIZ, 1994). Por outro lado, os jornais estão cheios de notícias sobre a formação de blocos econômicos regionais, como a União Européia, o Nafta, o Mercosul e o bloco dos países da Bacia do Pacífico.

Os estudos das relações da parte com o todo encontram-se, portanto, na ordem do dia, existindo, ainda, muito mais perguntas do que respostas. Quais os reflexos, por exemplo, da regionalização/globalização dentro do sistema universitário? De que forma a flexibilização do trabalho afeta a pesquisa e a formação de mestres e doutores? Como se articulam as necessidades regionais frente a um centralismo jacobino de fomento à pesquisa e que sinais existem de uma integração dos programas de pós-graduação no Cone Sul? Em outras palavras, o que estará acontecendo com nossas unidades de formação de doutores e de mestres e com a pesquisa em comunicação nesse breve final de século XX, em países do Cone Sul da América Latina? Não pretendemos trazer respostas precisas a essas perguntas. Nessa reflexão, vamos apenas utilizar conceitos dessas transformações, principalmente aquelas que dizem respeito a produção e à organização do trabalho, dentro da realidade acadêmica. E nesse caso - é preciso destacar - utilizamos esse sistema de produção flexibilizado mais como metáfora do que como um conceito de produção flexível a ser

transposto para o estudo dos centros nacionais de pesquisa e de formação de mestres e de doutores.

O regional e o nacional

Até bem pouco tempo, tínhamos, no campo da comunicação, dois grandes centros de formação de mestres e de doutores, centralizadas no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. As regiões supriam essas unidades de produção com uma massa cinzenta disponível e entusiasta. Os candidatos passavam por uma seleção de acordo com critérios rígidos. Dessas unidades saíam o modelo mestre, para consumo da camada B do mercado universitário, e, mais recentemente, o modelo doutor, sofisticado, caro (110 mil dólares em média, cada unidade, segundo Capes e CNPq) - antes produzidos no Exterior através de órgãos de fomento mas agora também no Brasil - para o consumo da camada A desse mesmo mercado.

Essas grandes unidades formadoras não surgiram da noite para o dia. Institucionalmente, elas aparecem no cenário universitário brasileiro como

“(...) uma decisão do Estado e que se constitui através de um conjunto de metas que visavam, mediante mecanismos de induções técnicas e financeiras, desenvolver um sólido programa de qualificação de pessoal docente e o treinamento de recursos humanos engajados na atividade da pesquisa” (FAUSTO NETO, 1995, p. 2).

O parecer nº 977-MEC 1965 que institui o sistema de formação - alguns preferem o termo produção - de mestres e doutores aponta, portanto, para o papel do Estado enquanto regulamentador e operador dessas unidades de formação. Essa atuação do Estado faz lembrar os primórdios das indústrias do audiovisual, quando o poder público interveio no mercado da indústria eletro-eletrônica para proteger os interesses nacionais. Ou regionais, como seríamos tentados a dizer hoje. Mas, não resta dúvida, essas futuras unidades de formação de mestres e de doutores centralizados no eixo Rio-São Paulo só foram possíveis mediante o impulso decisivo do Estado, quase que o único operador do sistema, já que, desde o projeto original, houve a intenção clara de se localizar também dentro das unidades de formação de mestres e de doutores as atividades de pesquisa.

O Estado, portanto, condicionou o sistema de pós-graduação, levando-o a se revestir de serviço público, já que a maioria dos programas está situada em universidades públicas. A linguagem institucional de viés econômico - utilizado como figura de estilo - já existia institucionalmente na crise universitária de 1965, quando se propugnava por uma reforma

universitária, pautada pela crise dos excedentes e pelo papel que a Universidade deveria assumir.

O relatório Meira Mattos, por exemplo, de 1968, discutindo as atividades estudantis, planejando e propondo medidas para resolver a crise da Universidade assim se refere à produção de ciência e tecnologia:

Podemos dizer que o sistema como um todo não está aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica “e mantendo a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais, faltou-lhe a flexibilidade necessária para oferecer um produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer as solicitações de um mercado de trabalho cada vez mais diferenciado” (Relatório, 1968:19).

Nesse sentido, o relatório já está apontando a necessidade de uma flexibilização e satisfação de necessidades de mercado diferenciado, tão caras aos analistas do capitalismo pós-fordista. O texto ainda assinala:

“A Universidade, em seu conjunto, revelou-se despreparada para acompanhar o extraordinário progresso da ciência moderna, inadequada para criar o know how, indispensável à expansão da indústria nacional e, enfim, defasada sócio-culturalmente, porque não se identificou ao tempo social da mudança que caracteriza a realidade brasileira” (idem:19).

Se ressaltarmos que nosso objetivo era verificar a utilidade de alguns conceitos do taylorismo flexível e do neo-taylorismo flexível na formação de mestres e de doutores (somos contrários ao reducionismo que compara às condições de produção de mestres e de doutores à da produção de, por exemplo, molho branco para massa à carbonara ou de molhos em geral para o consumo de produtos culturais, ou dos próprios produtos culturais - com ou sem molho - damos conta, agora, que o grupo de trabalho da Reforma Universitária de 1968 utilizava essa mesma imagem não enquanto figura de estilo mas enquanto base de trabalho. Segundo eles, como se viu, existia falta de flexibilidade na oferta de produtos universitários diversificados, incapazes de satisfazer às necessidades de mercado de trabalho segmentado.

É preciso reconhecer, porém, que esses promotores estavam se referindo à carência de unidades de formação de modelos menos sofisticados, ou seja engenheiros, sociólogos, economistas, jornalistas, graduados, que seguiam diretamente para o mercado. E o tema proposto aqui não trata das instâncias de reprodução/circulação do saber, ou seja, do trabalho desses profissionais que reproduzem e fazem circular no seu local de trabalho o que aprendeu, sem pesquisa, portanto, que leva à criação de um novo saber.

Franco alerta, porém, que essa ligação do profissional formado para o mercado e que volta à comunidade de origem não é apenas reprodutivista:

“o que já se sabe, ou seja, aquele conhecimento sistematizado pela pesquisa. Ele (o sistema de instituições de ensino superior) socializa o conhecimento, dando-o de volta à comunidade. É a quem pertence de direito. A massificação e a socialização estão imbricados. Mas não se pode dizer que este sistema seja meramente reprodutivista” (FRANCO, 1994:201).

Por enquanto, vamos deixar de lado esse profissional do saber e nos determos no modelo mestre e doutor em comunicação. Nesse caso, as unidades de produção trabalham em nível diferente. Na expressão de Rigatto (cit. in FRANCO, 1994:202), eles procuram não reproduzir o que se sabe mas ensinar o que ainda não se sabe:

“Trabalhando sobre essa idéia, pode se dizer que para ensinar o que ainda não se sabe é necessário saber e socializar o que se sabe, isto é, o conhecimento disponível. Quem ensina tem que se dar conta do que não se sabe. Tem que imaginar o que não se sabe mas que seria viável saber” (Idem:202).

O funcionamento dessas instituições de conhecimento mais sofisticados no campo da comunicação não acontece logo depois do decreto que os institui em 1968. Passam-se quatro anos e, em 1972, são criados os mestrados da USP e da UFRJ. Dois anos depois, 1974, o mestrado da UnB. E o mestrado e doutorado da PUC-SP em 1978; e do mestrado da UMESP no mesmo ano. O doutorado da USP começa em 1982 e o da UFRJ em 1983. Todos esses cursos estão concentrados no Rio de Janeiro e em São Paulo, com exceção do de Brasília.

Essas instituições universitárias centralizaram a formação dos mestres e doutores no país, alguns deles abrindo mais de cem vagas por ano. As outras regiões brasileiras os provêm com candidatos jovens, sonhadores e persistentes. Aprovados no processo de seleção, esses jovens se socializam dentro de seríssimas discussões epistemológicas e de marcos teórico-metodológicos. É no interior dessas instituições que se desenvolve quase toda a pesquisa em comunicação no país, com reflexos mais desejáveis do que efetivos nas plantas do modelo graduação.

Esse modelo não deixa de ser jacobino e centralizador, dependente de fontes financiadoras externas como a Fundação Ford, ou internas, como o CNPq, além de sua ligação estreita com o Estado provedor. Grandes unidades de formação de mestres são também unidades de produção de pesquisa de comunicação.

Esse modelo, com a linha de grandes projetos, nítida hierarquia de funções, forte divisão do trabalho manual e de trabalho intelectual, começa a ser questionado nos anos 70. Na ciência e na tecnologia, segundo Santos, tal modelo é o da fábrica de pesquisa:

"Ao nível da prática de pesquisa, isto aparecia como um privilégio dos métodos quantitativos de investigação; nas ciências humanas, o survey era a peça mestra da busca do dado, do fato, razão pela qual se trabalhava com grandes massas de dados, já com o recurso à computação, aos grandes computadores dos anos 1960/1970; ao nível da organização do trabalho, ocorria uma rígida hierarquia das equipes de pesquisa: diretor, supervisor, analista, entrevistador" (SANTOS, 1995:182).

Ainda conforme Santos, o paradigma de produção informacional ou pós-industrial busca a especialização flexível, a integração sistêmica de diversas unidades industriais, a inovação tecnológica advinda da eletrônica bem como a emergência de modelos qualitativos de funcionamento do trabalho, a formação de equipes, a qualificação e motivação do trabalhador: "Imaginação e criatividade passam a preponderar sobre a força física e a especialização técnica" (SANTOS, 1995:182).

Ele observa mudanças análogas dentro da ciência, que passa a ser orientada pelo uso de novas tecnologias, especialmente da informática. Uma organização do trabalho marcado pela flexibilidade emerge nesse cenário: uma divisão de tarefas menos rígida, menos hierarquização e maior flexibilidade. Podemos citar aqui, para sustentar as idéias de SANTOS, e apenas como exemplo, a decisão do CNPq de privilegiar os projetos integrados de pesquisa (trabalho em equipe) com participantes de diversas unidades regionais, nacionais ou internacionais (integração sistêmica de diversas unidades de produção), com um caráter multidisciplinar (imaginação e criatividade). Ou o trabalho já perceptível de orientação de bolsistas de iniciação científica, em que o iniciante não existe apenas como mão de obra gratuita do chefe-orientador mas ele mesmo desenvolve um projeto original de pesquisa. Um último exemplo: a terceirização de parte da produção de novos mestres e doutores. No início, por falta de unidades formadoras consolidadas no país, doutores e muitos mestres iam para o Exterior, numa espécie de terceirização. Agora, sendo privilegiada a concessão de bolsas-sanduíches em nível de doutorado, a formação de doutores começa a seguir o modelo de produção integrada, com partes do trabalho de pesquisa do futuro doutor acontecendo em outras unidades de formação espalhadas mundo afora, com a montagem final no próprio país durante a defesa de tese.

Acontece, ao mesmo tempo, uma descentralização das grandes unidades nacionais de formação de mestres e de doutores. No fim dos anos 80 e início dos anos 90 criam-se unidades em Salvador, com o mestrado em 1989 e o doutorado (1995), o mestrado da PUCRS, em Porto Alegre (1994), da UNISINOS, em São Leopoldo (1994), da UFRGS, também em Porto Alegre (1995), da Universidade de Caxias do Sul, em Caxias do Sul (1995) e da UFMG, em Belo Horizonte (1994), totalizando 11 programas de pós graduação, seis deles fora do centro Rio-São Paulo. Finalmente,

também a grande fábrica de doutores e mestres do país, a ECA-USP passa por adaptações. Ela fragmenta-se em diversas pequenas unidades ou programas de pós-graduação, como ocorre em outros setores produtivos.

Quanto ao financiamento da pesquisa, órgãos financiadores como o CNPq criam escritórios regionais de fomento ao final dos anos 80, se bem que boa parte deles tenha se fechado. Essa regionalização acontece também com muitos estados brasileiros criando fundações de amparo à pesquisa, complementando, a nível regional, os investimentos dos grandes órgãos centrais como CNPq ou FINEP. O sistema de bolsas de iniciação científica distribuídas pelo CNPq e pela CAPES passa a ser por cotas, o que já vinha acontecendo com as bolsas de mestrado e de doutorado no país, flexibilizando e regionalizando as hierarquias de decisão.

Não é intenção desse estudo discutir a trajetória, no país, de paradigmas de pesquisa, geralmente dos centros de pós-graduação das unidades de formação às unidades regionais, já que em diversos programas de formação no Rio Grande do Sul, na Bahia ou em Brasília grande parte dos professores é formada na Universidade de São Paulo ou na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Através dessa mão-de-obra, as idéias circulam pelo país. Existem trabalhos que também dão conta da "viagem" de idéias, enfoques, ou paradigmas dentro das ciências humanas, deslocando-se da França, da Inglaterra ou dos Estados Unidos e influenciando os estudos em países da América Latina. Ou, no caso da comunicação, a entrada e aceitação no país de determinados paradigmas, como a economia política, que chega a partir de Mattelart através do Chile e da Argentina (Rivera, 1994). Mas desconhecemos de uma forma mais detalhada as influências que um programa de pós-graduação, como o do Rio de Janeiro, possa ter sobre o programa da Universidade da Bahia, ou o papel da ECA-USP sobre a consolidação no país de uma chamada teoria de estudos culturais latino-americanos. Retomando, porém, a imagem das mudanças nesse final do "breve século XX" (HOBSBAWN, 1995), quando as empresas tornam-se transnacionais, diríamos que existe uma tendência dentro da pesquisa em comunicação que não se limita a interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade mas à transdisciplinaridade, para utilizar a expressão vinda da transnacionalização da economia. Esse termo, e essa realidade existente no fim dos anos 70 e início dos anos 89 mudou para globalização nos anos 90. A analogia é válida pois nesses anos 90 as fronteiras dos paradigmas dos estudos de comunicação tornam-se tênues e o pesquisador se propõe a utilizar modelos híbridos, de várias cepas, e deslizando com frequência sobre a lâmina fina da incoerência.

O regional e o global

Quem chegasse a Porto Alegre 20 anos atrás perceberia imediatamente que seus habitantes estavam voltados culturalmente para o Prata. E não eram só os psicanalistas que desembarcavam em Buenos Aires, cidade onde, dizem, existe a maior proporção deles em todo o mundo, em

relação ao número de habitantes. Também o viajante comum buscava aquela cidade. Ia-se a Buenos Aires para comprar livros, para assistir a uma peça de teatro ou a uma ópera no Colom.

Esses hábitos mudaram. Como se o gaúcho descobrisse que existiam fronteiras, que ele era brasileiro, que devia se voltar para o centro de seu país, onde estavam concentradas as cabeças de rede de sua televisão. Então veio o hábito de ficar na sua cidade ou ir a São Paulo na busca de um consumo cultural ou fazer seu mestrado em Comunicação.

Com a formação de blocos regionais como o Nafta, a União Européia, o Asian e, no nosso caso, o Mercosul, há quem ande à procura desses cidadãos internacionais, capazes de andar com a mesma fleugma na 19 de Julio, na Corrientes, na Paulista ou na praça central de Assunção. Se, de início, se falava na livre circulação de mercadorias, hoje se começa a discutir a livre circulação de pessoas e de bens culturais. No entanto, isso acontece de maneira muito tímida pois os temas comerciais, financeiros e institucionais primam sobre as questões sociais (ALMEIDA, 1993:113).

Quando entrou em vigor o tratado de Assunção, em 1991, foram criados 11 subgrupos de trabalho, que discutiam assuntos energéticos, aduaneiros ou técnicos. Apenas um se dedicava às questões trabalhistas e, assim mesmo, por imposição das coordenadorias das quatro centrais sindicais do Cone Sul. Só agora começam a se formar grupos para tratar da educação, alguns deles fora do âmbito do Estado.

Se até agora a criação do Mercosul tem seguido a lógica empresarial, é difícil ainda de vislumbrar os caminhos a serem percorridos pelos programas de pós-graduação nesses países. Quando mais porque o Uruguai, Argentina e Paraguai têm sistemas universitários bem diferentes do sistema brasileiro.

A Universidade de La República, do Uruguai, não tem tradição em programas de pós-graduação e só agora cria seu curso de Comunicação, sendo que apenas 4% de seus professores têm dedicação exclusiva. Por outro lado, a Universidade Católica, ao lado de seus cursos de curta duração, investe na pós-graduação, tendo criado recentemente um programa de mestrado. O Paraguai conta com pouquíssimos cursos de comunicação e nenhum programa de pós-graduação. A Argentina tem menos de dez cursos de comunicação e um projeto de doutoramento na Universidade Hebraica. O Brasil apresenta um sistema mais consolidado e mais institucionalizado, com mais do que 150 escolas de comunicação funcionando de fato e 11 programas de pós-graduação no sentido restrito, sendo cinco deles de mestrado e de doutorado.

Estes números apontariam para uma situação confortável do Brasil em relação a esses países do Cone Sul. Porém, um olhar mais arguto do quadro argentino revela que os estudos de comunicação naquele país aconteceram em áreas afins, como a Sociologia ou a Antropologia, a Política. Que Gramsci tinha sido traduzido para o espanhol já nos anos 40 e discutido dentro do sistema universitário. Que nomes expressivos dos estudos da comunicação, como Eliseo Veron, Anibal Ford, Oscar Landi,

Oscar Masotta, Luis Prieto, Eduardo Romano e Heriberto Muraro são argentinos.

A inexistência de uma base institucional sólida, representada por escolas de comunicação nos quatro países do Cone Sul, dificulta, porém, a integração regional, conduzindo mais a um bilateralismo do que a um multilateralismo, mesmo este de pouca expressão. Se esse olhar sobre o campo da comunicação levanta questões com difíceis respostas, outras dificuldades aparecem quando a Universidade como um todo é vista no contexto regional.

O processo de integração universitária (no Mercosul) apresenta condicionantes extremamente “pesados” e, inclusive, podemos afirmar, sombrios, principalmente os de ordem histórico-estruturais. “Nessa região, a educação superior deve concorrer com outras prioridades maiores, inclusive a de sobrevivência. Além deste condicionante fundamental, outro que merece destaque é a extrema diferenciação entre os sistemas universitários dos Estados partes e interuniversitários, como no caso da Argentina e do Brasil” (MOROSINI, 1994:33).

Mesmo tendo-se em conta essas dificuldades de ordem histórico-estrutural ou a escolha da lógica empresarial como a mais importante nessa fase de transição, é possível apontar alguns caminhos a serem percorridos nos caminhos dessa integração regional dos estudos de comunicação.

O primeiro deles diz respeito ao surgimento de uma “nova geração com ‘vocação’ e abertura internacional que está surgindo, e o impacto de uma formação que configura um novo tipo de profissional com uma visão de ciência e de técnica acima das demarcações fronteiriças” (ROSTAGNI, 1991:73).

Esse cidadão com vocação internacional foi buscado de maneira insistente pela União Européia e só possível com o trânsito livre de pessoas e não apenas de mercadorias. A União Européia foi mais longe. O programa ERASMUS (European Action Scheme for the Mobility of University Students) possibilita que a cada ano milhares de estudantes universitários tenham um período de estudos em universidades de outros países da União Européia que não o seu. Em 1992, 70 mil estudantes e 3000 professores participaram do programa (MOROSINI, 1994:25).

Os objetivos do ERASMUS indicam o caminho a seguir para qualquer integração universitária regional, seja na Europa, na América do Norte ou no Mercosul. 1. Dar condições para essa mobilidade de alunos e de professores entre os membros da comunidade; 2. Apoiar financeiramente esses intercâmbios; 3. Reconhecer diplomas e períodos estudados; 4. Favorecer esses objetivos com uma série de medidas complementares.

Outras iniciativas foram tomadas em outros blocos econômicos para favorecer a integração, sem bem que com alcances mais limitados. Entre elas, o UMAP (University Mobility in Asia and the Pacific) e a integração universitária almejada pelo NAFTA (North American Free Trade Agreement).

Por outro lado, de todos os integrantes do hoje Mercosul, apenas o Brasil assinou o acordo entre os países da América Latina e do Caribe em 1974, no México, considerando a equivalência de títulos, de diplomas, de estudos, possibilitando que docentes, estudantes, profissionais e pesquisadores tenham maior mobilidade, agindo como instrumento para aplainar as dificuldades que encontram as pessoas que receberam sua formação no estrangeiro (ROSTAGNI, 1993:73)

Conclusão

A regionalização dos cursos de pós-graduação traz mais perguntas do que respostas. Em primeiro lugar, exige uma conceituação clara de regionalização, estabelecendo como contraponto o centro econômico e cultural do país. Assim, os cursos de pós-graduação em comunicação se regionalizam, ou seja, saem dos dois grandes centros econômicos, políticos ou culturais do país. Trata-se, aqui, do regional numa falsa oposição ao central.

Em segundo lugar, existe o regional em correlação com o global, a partir da formação de grandes blocos regionais geo-econômicos, que configuram a nova ordem capitalista mundial. Os dois tratamentos propostos não se mostram excludentes. No Brasil, os programas de pós-graduação e os trabalhos de pesquisa sofreram os reflexos diretos da globalização, que alcançaram tanto os programas de mestrado e de doutorado do Rio de Janeiro e de São Paulo como os novos programas no sul ou no nordeste do país. Essa regionalização trouxe embutida uma nova proposta de prática científica, de características conferidas pela nova ordem internacional. A multiplicação desses programas a nível regional ensejou uma multiplicação de enfoques, uma visão policrômica da ciência e uma polifonia dos atores engajados. A circulação mais restrita de candidatos faz levantar, em nível regional, o que já havia acontecido em nível nacional, ou seja, a endogenia na formação de mestres e de doutores, que futuramente ocupam cargos de docência em suas unidades de formação. Tratam-se de relações incestuosas que necessitam de estudos mais aprofundados.

Quanto à regionalização no contexto da globalização, quase tudo tem ainda que ser feito no Cone Sul, que só agora inclui a educação em sua pauta de discussões. Existe um fosso enorme entre os estudos no campo da comunicação nos quatro países, principalmente em nível institucional. Grandes diferenças entre os sistemas universitários são também obstáculos à cooperação científica. Restam, até o momento, iniciativas isoladas, como convites a professores para cursos de curta duração, o convênio bilateral para professores da UFRGS participarem como docentes do mestrado em comunicação da Universidade Católica de Montevidéu ou uma relação bilateral entre a UFRJ e o futuro doutorado da Universidade Hebraica de Buenos Aires.

Finalmente, temos consciência de que nos apropriamos de termos como flexibilização do trabalho, fábrica de mestres e de doutores mais

como uma figura de estilo do que conceito rígido, uma metáfora em torno da qual alinhamos nossas reflexões. Pois a Universidade, os programas de pós-graduação ou o trabalho científico estão inseridos num contexto mais amplo, sejam eles históricos, sociais, econômicos, e dependem de outras instâncias além da econômica.

Referências bibliográficas

- ADANS, Geraldo Reinaldo (org). (1990) *Intercâmbio acadêmico e colaboração científica entre centros qualificados de investigação do Cone Sul*. Relatório do Grupo de Trabalho I (área tecnológica). Porto Alegre:UFRGS.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de.(1993). *O Mercosul no contexto regional e internacional*. São Paulo:Aduaneiras.
- CAPARELLI, Sérgio. "A pesquisa em comunicação de massa no Brasil: avaliação e perspectivas". In *INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação*. nº 62/63, São Paulo, (1990)5:45.
- FAUSTO NETO, Antonio. (1995) "Situação da pesquisa no sistema da pós-graduação em Comunicação". Trabalho apresentado no Seminário Regional Sul de Pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: policopiado.
- FEATHERSTONE, Mike.(1994) *Cultura global. Nacionalismo, globalização e modernidade*. São Paulo:Vozes.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai. (1994). A universidade e a regionalização. In MOROSINI, Marília Costa (org). *Universidade no Cone Sul*. São Paulo:Cortez/CNPq/ FAPERGS.
- FUENTES NAVARRO, Raúl. "El estudio de la comunicación em México y en España.Un acercamiento comparativo a su institucionalización académica". In *Comunicación y Sociedad* nº 20, México, 1994 (janeiro-abril) 79:106.
- HARVEY, D. (1994). *Condição pós-moderna*. São Paulo:Loyola.
- HOBBSAWN, Eric. (1995). *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*.São Paulo:Companhia das Letras.
- KOURGANOFF, Wladimir. (1990). *A face oculta da universidade*. São Paulo:Editora Unesp.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. (1995). "A pesquisa nas escolas de comunicação". Trabalho apresentado ao III Seminário Regional Sul de Pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: policopiado.
- MOROSINI, M. C. (1994). Universidade e integração no Mercosul: condicionantes e desafios. In: *Universidade no Mercosul*. São Paulo:Cortez/CNPq/FAPERGS.
- ORTIZ, Renato. (1994) *Mundialização e cultura*. São Paulo:Brasiliense.
- ROMERO ROSTAGNI, Carlos Afonso. (1991) Revalidação de estudos. In Anais do II Seminário Técnico de Integração do Cone Sul, de 23 a 25 de setembro de 1991.Porto Alegre:UFRGS.

- SANTOS, José Vicente Tavares dos. (1994). A nova organização do trabalho científico. In MOROSINI, Marília Costa (org). *Universidade no Cone Sul*. São Paulo: Cortez/ CNPq/ FAPERGS.
- TORRE, A. E de la. (1994). *Apontamentos históricos sobre teoria da comunicação na América Latina*. São Paulo: ECA-USP.